

DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2022

Ana Cristina Lima Couto¹
Yasmin Rissato Pichinini²

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos da desigualdade na distribuição de renda no Brasil no ano de 2022 de acordo com alguns recortes específicos em termos de características pessoais e regionais, utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Neste trabalho foi feita a elaboração do perfil da desigualdade no rendimento do trabalho segundo atributos como cor ou raça, gênero, escolaridade e localização geográfica. Em seguida, apresentou-se dados sobre algumas características da distribuição de renda no país. Os resultados mostram a manutenção de uma característica estrutural em que os diferenciais de rendimentos ocorrem em detrimento dos grupos mais vulneráveis como mulheres, negros, menos escolarizados e os que vivem nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, os dados mostram a magnitude da desigual distribuição da renda com altas proporções de pessoas vivendo com rendas muito abaixo da renda média (60%) bem como da mediana (entre 70% e 75%).

Palavras-chaves: Brasil; Desigualdade; Distribuição de renda; Macrorregiões.

INEQUALITY IN INCOME DISTRIBUTION IN BRAZIL: AN ANALYSIS FOR THE YEAR 2022

ABSTRACT:

This article aims to analyze some aspects of inequality in income distribution in Brazil in 2022 according to some specific cutouts in terms of personal and regional characteristics, using data from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC). In this study, the profile of inequality in labor income was elaborated according to attributes such as color or race, gender, education and geographic location. Then, data on some characteristics of income distribution in the country were presented. The results show the maintenance of a structural characteristic in which income differentials occur to the detriment of the most vulnerable groups such as women, blacks, less educated and those living in the North and Northeast regions. In addition, the data show the magnitude of the unequal distribution of income with high proportions of people living with incomes far below the average income (60%) as well as the median (between 70% and 75%).

Keywords: Brazil. Inequality; Income distribution; Macroregions; PNAD Continua.

Data da submissão: 24-12-2023

Data do aceite: 08-02-2024

INTRODUÇÃO

A má distribuição de renda no Brasil é um problema antigo, que tem origem no período colonial. No entanto, foi no século XX, a partir dos anos 1960, que os estudos sobre esse tema foram surgindo de forma mais constante, conforme evidenciado por Cacciamali e Camillo (2009). Segundo estes autores, entre os anos de 1960 e 1970 as análises focavam mais na distribuição funcional da renda enquanto entre 1970 e 1990 destacava-se a questão da concentração da renda devido às diferenças relativas da qualidade do capital humano em termos de escolaridade e experiência de trabalho. Afirmam ainda que outras abordagens foram desenvolvidas levando em conta aspectos como discriminação de gênero e cor ou raça no mercado de trabalho, diferenças regionais e nas políticas de transferência de renda.

¹ Professora Associada - Departamento de Economia/Programa de Pós-graduação/UEM. Contato: E-mail: aclcouto@uem.br

² Bolsista PIBIC/UEM. Contato: E-mail: ra125318@uem.br

Historicamente, o Brasil é um dos países com os mais altos níveis de desigualdade social no mundo. São muitas as desigualdades que afetam a população brasileira, tais como de oportunidades e direitos, em termos de acesso à saúde, educação, empregos de qualidade e na distribuição da renda. A desigualdade está fortemente relacionada com a pobreza, que, por sua vez, representa a privação de bens e serviços por insuficiência (ou falta) de renda.

Desde os anos 2000 a desigualdade de renda vem se reduzindo no Brasil, embora continue elevada. Uma das medidas mais amplamente utilizadas para medi-la é o índice de Gini. Neri (2023) constatou que em 1960 esse indicador era 0,535, chegando a um pico de 0,607 em 1990. Em 2022, o índice alcançou 0,512.

O Brasil, assim como outros países de diferentes níveis de desenvolvimento, tem compromisso com a diminuição da desigualdade até 2030, conforme estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Pretende-se diminuir as desigualdades econômicas, sociais e políticas entre grupos da população, entre países e dentro dos países. Para isso, faz-se necessário o combate à pobreza de modo a garantir renda às pessoas mais pobres, a inclusão social e produtiva, a adoção de políticas de proteção salarial e eliminação de discriminações, sobretudo no mercado de trabalho (ONU, 2023).

Feitas essas considerações, este artigo, tem como objetivo apresentar alguns aspectos da desigualdade na distribuição da renda no Brasil para o ano de 2022 com base nos microdados da PNAD Contínua (PNADC). As análises procuram mostrar diferenças levando-se em conta atributos como gênero, cor ou raça, escolaridade e macrorregião em que se vive.

Este estudo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, faz-se uma breve revisão de literatura sobre a problemática da desigualdade de renda. Na segunda, apresenta-se a metodologia utilizada e, na terceira seção, apresentam-se os resultados obtidos.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DA DESIGUALDADE DE RENDA

A desigualdade é um problema relacionado com a existência de diferenças que são percebidas quando são feitas comparações entre unidades de observação como por exemplo, indivíduos, regiões ou países. São diversas as formas de desigualdade existentes, tais como de gênero, racial, econômica, regional, de oportunidades, de acesso à saúde, educação, direitos, etc.

Muitos estudos estão preocupados, mais especificamente, com a desigualdade de renda. Isso porque numa economia monetária é através da renda que as pessoas obtêm os recursos que lhes permitem a compra de bens e serviços para satisfação de suas necessidades e de suas famílias. O nível de renda das pessoas é um fator que está fortemente associado aos seus padrões de vida. E, conforme Nery (2023), a desigualdade de renda pode gerar outras desigualdades, como a de oportunidades.

Ainda de acordo com Nery (2023, p. 51): “A desigualdade de oportunidades dificulta que pessoas talentosas e esforçadas alcancem todo o seu potencial, o que implica perda para a economia [...] afeta o crescimento econômico porque o capital humano é a força motriz do desenvolvimento das sociedades”.

A desigualdade de renda pode ser absoluta, que se refere às diferenças de rendimentos, ou relativa, no sentido da proporção em que se dá essa diferença. Sobre essa questão, Medeiros (2006, p. 12) afirma que:

Uma análise baseada na abordagem das desigualdades absolutas (diferenças) diria que ao longo do tempo a população se tornou mais desigual, ao passo que baseada na abordagem das desigualdades relativas (razões) a conclusão seria que o nível de desigualdade tem se mantido estável ao longo do tempo. Fica claro, portanto, que embora as duas abordagens tratem de desigualdades, as noções por trás delas levam a medidas de coisas diferentes.

Medeiros (2006) também destaca que a desigualdade de renda é uma característica da sua distribuição, e, por isso, é muito comum a utilização do termo desigualdade na distribuição de renda. A desigualdade, na maioria das vezes, faz inferência à dispersão.

Hoffman (1998) e Medeiros (2006) explicam que a distribuição de renda trata de como a renda é repartida entre os indivíduos que contribuem para sua formação e está relacionada com o grau de apropriação da renda pelos diferentes grupos da sociedade.

A discussão sobre a distribuição de renda na economia brasileira ganhou relevância somente a partir de 1960, quando questões ligadas ao patriotismo e à economia agrícola favoreceram a concentração de renda nas mãos de poucos. A partir de então os estudos sobre esse tema foram evoluindo considerando diferentes formas de abordagens. Entre os anos de 1960 e 1970, o foco estava na distribuição funcional da renda; entre

1970 e 1990 a preocupação era com a concentração da renda devido às diferenças da qualidade do capital humano em termos de escolaridade e experiência de trabalho. Outras abordagens baseavam-se em aspectos como discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho, diferenças regionais e nas políticas transferência de renda (CACCIAMALI; CAMILO, 2009).

Langoni (1973) associa a desigualdade ao desenvolvimento econômico e aos investimentos em capital físico e humano. Ele observou que o aumento de mão de obra mais qualificada era inelástico, o que provocava pressão por maiores salários para o grupo de trabalhadores mais qualificados. Desse modo, reconhecia que a distribuição desigual da educação no Brasil era uma das principais causas da desigualdade de renda, assim como os atributos dos indivíduos relacionados ao gênero, cor ou raça e posição na ocupação

Em seu estudo, Ferreira (2000) analisa as causas da desigualdade na distribuição de renda, dentre as quais destacam-se: 1) diferenças entre os indivíduos em relação aos atributos natos como cor ou raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial; 2) diferenças entre as pessoas em termos de atributos adquiridos como escolaridade e experiência profissional; 3) mercado de trabalho, que produz diferenciais nos rendimentos do trabalho em razão dos atributos natos e adquiridos. Segundo o referido autor, tais diferenciais se devem: i) à discriminação, que produz remuneração diferente entre os trabalhadores que ocupam postos de trabalho e produtividades idênticas, em razão de características dos mesmos como cor ou raça ou gênero; e, ii) segmentação no mercado de trabalho entre empregos formais e informais, entre setores e regiões.

Na mesma linha de pensamento, Barros *et al.* (2007) também explicam que as disparidades de renda se devem às diferenças de produtividade em razão das diferenças em termos de capital humano dos trabalhadores e das discriminações que ocorrem no mercado de trabalho. Soares (2000) destaca que os dois tipos mais comuns de discriminação no mercado de trabalho ocorrem contra negros e contra mulheres.

Em consonância com Barros e Mendonça (1995), a desigualdade de renda está relacionada a desvantagens que vão se acumulando durante a vida dos indivíduos, pois variáveis como sexo, idade, cor ou raça, área ou região de residência etc. afetam de forma diferenciada a força de trabalho, impactando sua forma de inserção no mercado de trabalho e no sistema de ensino. Segundo Barros *et al.* (2007), o mercado de trabalho não trata da mesma forma homens e mulheres, brancos e negros, mesmo que tenham produtividades idênticas e, como é fato estilizado, as mulheres ganham menos do que os homens assim como negros ganham menos que brancos, mesmo que suas produtividades sejam iguais. Por isso mesmo é histórica a desigualdade de renda é ainda maior para mulheres negras.

Feitas essas considerações, na seção seguinte apresenta-se a metodologia utilizada neste estudo, que procura caracterizar alguns aspectos da desigualdade na distribuição de renda no Brasil no ano de 2022.

3. METODOLOGIA

Inicialmente, foi feita uma análise descritiva da decomposição do rendimento do trabalho principal no Brasil de acordo com alguns recortes específicos, em termos das características natas e adquiridas dos indivíduos, tais como gênero, cor ou raça e escolaridade assim como uma abordagem regional, em função da grande heterogeneidade socioeconômica entre as macrorregiões brasileiras. Espera-se ilustrar as discrepâncias que existem entre os diferentes grupos sociais. Conforme dados do IBGE (2023), proporção da renda proveniente do trabalho no total da renda domiciliar é alta, cerca de 75%, o que ilustra a importância desse tipo de rendimento e do funcionamento do mercado de trabalho.

No que diz respeito à distribuição da renda, é comum avaliar a desigualdade pela renda obtida nos diferentes estratos da população bem como pela proporção da renda que é acumulada em tais estratos. A renda da população é abordada com base em dois conceitos: a) o rendimento (efetivo) domiciliar per capita³, que inclui tanto a renda obtida do trabalho como a que é proveniente de todas as outras fontes e 2) o rendimento mensal efetivo do trabalho principal (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias no trabalho principal).

Vale mencionar que a renda domiciliar per capita é um conceito associado ao nível de vida e bem estar das pessoas enquanto o rendimento do trabalho capta aspectos do mercado de trabalho, conforme ressaltado por Hoffmann (2019).

³ Inclui rendimentos em cartão/tíquete transporte ou alimentação e exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico)

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2022 para as pessoas com 15 anos e mais de idade. Todos os resultados apresentados com base nos dados da PNADC utilizaram os fatores de expansão fornecidos pelo IBGE e referem-se às informações consolidadas na 5ª visita.

Analisou-se também a distribuição da renda domiciliar per capita de acordo com sete faixas de salário mínimo (SM): até ¼ SM; mais de ¼ até ½ SM; mais de ½ até 1 SM; mais de 1 até 2 SM; mais de 2 até 3 SM; mais de 3 até 5 SM e mais de 5 salários mínimos.

A cor ou raça foi definida como: brancos e não brancos (pretos, pardos, amarelos e indígenas)⁴. As faixas de escolaridade utilizadas foram as seguintes: até fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto; e, superior completo.

Há várias formas de avaliar a desigualdade na distribuição de renda por meio de índices sintéticos. O mais comum é o índice de Gini, que mostra através de um número, que varia de 0 a 1, o grau de desigualdade. Quanto mais próximo de 0 o índice de Gini, menor a desigualdade. No entanto este indicador desconsidera a distribuição da renda.

Por fim, um ponto importante a se destacar para estudos que tratam da distribuição da renda diz respeito ao uso de pesquisas domiciliares como é o caso da PNADC. Conforme explicado por Hoffmann (2019), existe o problema da subdeclaração, principalmente para pessoas com rendimentos mais elevados, fato este que pode subestimar a desigualdade e distribuição da renda. Outro fator de ressalva citado pelo referido autor diz respeito à limitação dos dados no que se refere aos valores de produção para o autoconsumo, que não são contabilizados pela PNADC.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em consonância com IBGE (2022), o rendimento do trabalho pode revelar aspectos da qualidade das ocupações e da forma de inserção no mercado de trabalho. Muito embora no presente estudo este indicador esteja restrito a apenas alguns recortes específicos como gênero, cor ou raça, escolaridade e região geográfica, é possível analisar algumas desigualdades entre os diferentes grupos da população.

Conforme Tabela 1, em 2022 o rendimento efetivo médio do trabalho principal no Brasil era R\$ 2.663,18. A desagregação deste indicador de acordo com as características dos trabalhadores mostra as discrepâncias existentes para mulheres e negros, que possuem rendimentos médios inferiores em relação aos que são recebidos por homens e brancos. As mulheres ganham cerca de 79% do rendimento dos homens enquanto os negros auferem 61% do rendimento dos brancos. De acordo com IBGE (2022), esta desigualdade é estrutural, pois estes diferenciais são uma característica observada há décadas no Brasil.

A desigualdade de gênero também é um problema mundial. Ressalta-se que em 2006 o Fórum Econômico Mundial elaborou um indicador formado por quatro dimensões em que ocorre desigualdade de gênero (educação, saúde, participação econômica e oportunidades). O índice vai de 0 a 1 e, ao contrário do índice de Gini, quanto mais perto de 1, menor a desigualdade. Para o ano de 2022 o relatório informa que o índice calculado para o Brasil foi de 0,726, colocando o país na 57ª posição dentre 146 países analisados (GLOBAL GENDER GAP, 2023).

Em relação ao nível de instrução, também são registrados grandes diferenciais em que trabalhadores que possuem até o ensino fundamental incompleto ganham cerca de R\$ 1.450,00. Como esperado, à medida que se avança para as faixas de escolaridade mais altas, o rendimento do trabalho também aumenta, de modo que aqueles que concluíram o ensino superior possuem renda média de R\$ 5.120,00, aproximadamente o dobro da encontrada para o país como um todo.

Um trabalhador que possui até o ensino fundamental incompleto recebe 26,7% do rendimento médio de quem possui ensino superior completo enquanto aquele que possui ensino médio completo ganha o equivalente a 39%.

Esses dados reforçam a análise de que diferenciais de renda se devem também às desigualdades no acesso ao sistema educacional e mostram a importância da educação para proporcionar a obtenção de postos de trabalho que viabilizem melhores remunerações.

⁴ Como a participação de indígenas e amarelos é muito pequena na população brasileira, optou-se por mantê-los na categoria de não brancos.

Em relação à localização geográfica, há desigualdades marcantes no rendimento médio do trabalho principal visto que no Norte (R\$ 2.041,00) e Nordeste (R\$ 1.774,00) esse indicador é substancialmente menor em relação aos ganhos médios dos trabalhadores das regiões Centro Oeste (R\$ 3.040,30), Sul (R\$ 3.002) e Sudeste (R\$ 3.085,00), de acordo com os dados da Tabela 1. Tal fato está relacionado ao maior dinamismo econômico das regiões mais desenvolvidas.

Tabela 1. Rendimento efetivo médio do trabalho principal – Brasil – 2022 – R\$.

Variável	2022
Brasil	2.663,18
Sexo	
Homem	2.939,60
Mulher	2.317,80
Cor	
Branco	3.405,00
Não branco	2.084,00
Nível de instrução	
Sem instrução ou ensino fundamental incompleto	1.448,20
Ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto	1.677,33
Ensino médio completo ou superior incompleto	2.117,70
Ensino superior completo	5.418,70
Região	
Norte	2.041,60
Nordeste	1.774,40
Centro Oeste	3.040,30
Sul	3.002,20
Sudeste	3.085,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2022).

A Tabela 2 permite analisar o rendimento domiciliar per capita mensal por faixas de salário mínimo, que segundo IBGE (2023), é outra forma de avaliar a desigualdade no Brasil considerando-se os recortes específicos da população utilizados neste estudo.

Em 2022, 9,65% da população brasileira vivia com até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (R\$ 303,00)⁵. Tal limite é uma das linhas utilizadas para classificar a população como extremamente pobre ou indigente. Por esse critério, 23.193.000 pessoas se encontravam nessa condição no país. Outra linha de pobreza amplamente utilizada é a de $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda domiciliar per capita⁶. Neste caso, em 2022 cerca de 26% da população era considerada pobre, o equivalente a cerca de 63 milhões de pessoas.

Como se nota na Tabela 2, a maioria dos brasileiros recebia entre $\frac{1}{2}$ (R\$ 303,00) e dois salários mínimos (R\$ 2.424,00), correspondendo a mais de 50% da população (55,26%). Apenas 4,35% das pessoas ganhavam acima de 5 salários mínimos (R\$ 6.060,00). Este padrão também é verificado para todos os grupos aqui analisados. No entanto, a distribuição desigual da renda domiciliar per capita mensal é relativamente mais intensa para os grupos que se encontram em posições mais desfavoráveis. Por exemplo, nas três primeiras classes mais baixas, até $\frac{1}{4}$, entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ e entre $\frac{1}{2}$ e 1 SM, 9,65%, 15,84% e 29,34% se encontravam nesse nível de rendimento, respectivamente. Os percentuais de mulheres em tais faixas (10,07%, 16,27% e 29,70%, respectivamente) assim como de negros (12,72%, 20,07% e 32,35%, respectivamente) era proporcionalmente maior.

Da mesma forma, em termos proporcionais, constata-se que nestas mesmas faixas de renda, a proporção de mulheres é maior do que a de homens e a proporção de não brancos supera a de brancos, embora os diferenciais sejam mais altos quando se considera o atributo cor. Já a partir de um salário mínimo de renda domiciliar per capita, os percentuais são maiores para homens e brancos na comparação com os percentuais encontrados para mulheres e não brancos.

Entretanto, o que chama mesmo atenção é a maior desigualdade que incide sobre os não brancos em todas as classes de rendimento, visto que para os que ganham até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a participação desse

⁵ Linha de concessão do Benefício de Prestação Continuada.

⁶ Linha de pobreza de elegibilidade no Cadastro Único.

grupo é quase o dobro daquela observada para os brancos. Para as duas faixas mais altas de rendimento, entre 3 e 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos, a participação dos não brancos é cerca de três vezes menor do que a de brancos.

Tabela 2. Distribuição percentual da população por rendimento domiciliar per capita mensal em faixas de salário mínimo – Brasil – 2022.

Variável	Faixas de salário mínimo						
	Até ¼	De ¼ até ½	De ½ até 1	De 1 até 2	De 2 até 3	De 3 até 5	Mais de 5
Brasil	9,65	15,84	29,34	25,92	8,99	5,90	4,35
Sexo							
Homem	9,20	15,38	28,95	26,43	9,37	6,05	4,61
Mulher	10,07	16,27	29,70	25,44	8,63	5,77	4,11
Cor							
Branco	5,66	10,35	25,43	29,68	12,38	9,16	7,33
Não branco	12,72	20,07	32,35	23,03	6,38	3,39	2,06
Nível de instrução							
Sem instrução ou ensino fundamental incompleto	14,73	21,82	36,66	20,68	3,87	1,63	0,61
Ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto	13,47	21,30	31,90	23,80	5,75	2,61	1,17
Ensino médio completo ou superior incompleto	7,30	14,08	29,95	30,83	10,17	5,23	2,43
Ensino superior completo	1,70	3,25	12,06	26,75	19,02	18,54	18,68
Região							
Norte	16,17	24,54	30,87	17,63	5,27	3,37	2,16
Nordeste	18,45	25,30	32,71	15,29	3,93	2,42	1,89
Centro Oeste	5,59	11,49	27,88	30,52	11,10	7,60	5,81
Sul	4,31	9,01	26,35	33,97	13,26	7,97	5,13
Sudeste	4,96	10,95	29,83	30,77	10,63	7,28	5,57

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2022).

Não se desconhece que tais desigualdades podem estar relacionadas ao tipo de ocupação, setor, atividades que possuem diferentes níveis de produtividade, à escolaridade, à experiência do trabalhador etc. No entanto, tradicionalmente mulheres e negros fazem parte dos grupos mais suscetíveis a sofrerem discriminações no mercado de trabalho mesmo considerando que outros fatores sejam iguais e que a única diferença entre esses trabalhadores seja a cor da pele ou o gênero.

Ainda conforme Tabela 2, ao se analisar o nível de instrução, pessoas com escolaridade mais baixa, como é esperado, estão mais presentes nas faixas de menores rendimentos. Para quem tem ensino superior completo, aproximadamente 37% das pessoas ganham mais de três salários mínimos. Estas mesmas desigualdades também ocorrem em termos regionais em que Norte e Nordeste estão sempre em situações relativamente piores do que as demais regiões. Enquanto no Sul, Sudeste e Centro Oeste mais de 5% das pessoas recebem mais de 5 salários mínimos (R\$ 6.060,00), nas regiões Norte e Nordeste, apenas 2,16% e 1,89%, respectivamente, faziam parte desta classe de rendimento.

Para analisar a distribuição da renda domiciliar per capita, um dos indicadores sintéticos amplamente utilizados é o índice de Gini. Em 2022 o índice estava em 0,512, o menor nível da série da PNADC que teve início em 2012 quando estava em 0,540. Em termos regionais, os índices de Gini mais altos eram o encontrados no Nordeste (0,5132) seguido do Norte (0,5125). Nas demais regiões, o indicador ficou abaixo de 0,50 denotando menor desigualdade relativa na comparação com Norte e Nordeste. Destaca-se que a região Sul foi a que apresentou o menor índice (0,4514).

Por meio da Tabela 4, é possível analisar outros aspectos da desigualdade na distribuição de renda no Brasil em 2022. Foram utilizados dois conceitos: renda domiciliar per capita efetiva e renda efetiva do trabalho principal. Esta última é vista também segundo o gênero e cor ou raça.

Considerando inicialmente as características da distribuição da renda domiciliar per capita, sua média em 2022 foi R\$ 1.812,50. No entanto, por trás desse valor médio há grandes discrepâncias. Para o primeiro décimo da distribuição, ou seja, 10% das pessoas mais pobres tinham rendimento de até R\$ 320,00. A mediana, que é o valor que separa os indivíduos que estão entre os 50% mais pobres dos 50% mais ricos ficou

em R\$ 1.175,00. Sendo assim, aqueles que têm renda per capita acima de R\$ 1.175,00 estariam entre os 50% mais ricos. Neste caso, um valor abaixo do salário mínimo que vigorou em 2022 (R\$ 1.212,00). No 99º percentil, ou seja, para aqueles que estão no grupo dos 1% mais ricos, a renda per capita era de pelo menos R\$ 12.482,00. As pessoas desse grupo recebem pelo menos 6,88 vezes mais do que o rendimento médio ou 10,62 vezes o valor da mediana.

Tabela 3. Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil e regiões – 2022.

Região	Índice de Gini
Brasil	0,5120
Norte	0,5125
Nordeste	0,5132
Centro Oeste	0,4945
Sul	0,4514
Sudeste	0,4860

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2022).

Uma inspeção da Tabela 4 revela ainda que o rendimento per capita médio se situa entre o 70º e 75º percentil enquanto a mediana representa 64,82% da média. Hoffmann (2019), em seu estudo com dados de 2017, também encontrou que a renda média ficava entre o 70º e 75º percentil e que a mediana era 60% da média. Passados cinco anos, praticamente não houve mudança na distribuição da renda no Brasil.

De acordo com cálculos do DIEESE (2022), em dezembro de 2022 o salário mínimo no Brasil necessário para garantir bem-estar às famílias, considerando uma família típica de 4 pessoas, deveria ser de R\$ 6.647,00, o equivalente a R\$ 1.661,91 per capita. Os dados da Tabela 4 mostram que até o 50º percentil, as pessoas não obtêm a renda mínima que seria necessária para garantir os gastos mensais com alimentação, saúde, educação, moradia, higiene, transporte e lazer, entre outros, considerando esse salário mínimo calculado pelo DIEESE. Como mostra a Tabela 4, 60% das pessoas mais pobres tinham renda domiciliar per capita de até R\$ 1.175,00.

A análise da elevada desigualdade de renda no Brasil não se limita apenas às diferenças entre os percentis. Observa-se também diferentes magnitudes na apropriação da renda domiciliar per capita. A parte inferior da Tabela 4 revela outra forma de verificar a má distribuição da renda no Brasil. As pessoas que fazem parte do grupo dos 40% mais pobres ficam com 11,17% do total dessa renda, percentual praticamente igual ao daquele que é apropriado pelas pessoas que estão no grupo dos 1% mais ricos (11,01%). Os 50% mais pobres da população se apropriavam de 16,90% do rendimento domiciliar per capita ao passo que os 5% mais ricos ficavam com 28,33%. Este é mais um dado, dentre tantos outros, que mostra quão discrepante é a distribuição da renda no país.

Quanto às características da distribuição da renda do trabalho principal para as pessoas ocupadas por gênero e por cor ou raça (Tabela 4), conforme já visto pelos indicadores analisados anteriormente, mulheres e não brancos fazem parte dos grupos mais vulneráveis da população bem como do mercado de trabalho. Entre os 10% mais pobres, os ocupados ganhavam até R\$ 500,00. Ao desagregar este indicador para homens e brancos esse valor está entre R\$ 600,00 e R\$ 800,00 ao passo que mulheres e não brancos recebem valores menores e muito próximos, cerca de R\$ 400,00.

Essa desigualdade se mantém mesmo para os que estão nos percentis mais elevados. Entre os que compõem o grupo dos 1% mais ricos, os homens ganham pelo menos R\$ 20.000,00 enquanto as mulheres, pelo menos R\$ 15.000,00. Entre brancos e não brancos nesse grupo, as diferenças são ainda maiores, R\$ 24.399,00 e R\$ 13.000,00, respectivamente. A mediana da renda do trabalho também é menor do que a renda média para todas estas categorias.

Botássio (2020) chama atenção para uma particularidade na distribuição dos rendimentos no Brasil. De um lado, há um grande número de pessoas com rendimentos muito baixos; de outro, há um pequeno número de pessoas que recebem rendimentos extremamente elevados. Este autor explica que em Estatística distribuições com esta característica são chamadas de assimétricas à direita. Neste tipo de distribuição o valor da mediana é menor do que o valor da média dos rendimentos.

Essa má distribuição da renda, é uma das causas da pobreza no Brasil. Em 2022, cerca de 29% das pessoas ganhavam menos do que meio salário mínimo de renda domiciliar per capita (R\$ 606,00), uma das linhas de pobreza muito utilizadas nos estudos sobre o tema, conforme já mencionado.

Tabela 4. Características da distribuição do rendimento efetivo domiciliar per capita e do rendimento do trabalho principal (total, por gênero e cor ou raça) – Brasil – 2022.

	RDPC	Renda do trabalho principal				
		Total	Masculino	Feminino	Branco	Não branco
Rendimento médio (R\$)	1.812,50	2.676,12	2.939,58	2.317,77	3.405,00	2.083,79
Percentil						
10	320,00	500,00	600,00	440,00	800,00	400,00
25	606,00	1.212,00	1.212,00	1.100,00	1.212,00	1.000,00
50	1.175,00	1.600,00	1.800,00	1.500,00	2.000,00	1.400,00
60	1.356,00	2.000,00	2.100,00	1.800,00	2.500,00	1.650,00
70	1.750,00	2.500,00	2.700,00	2.198,00	3.000,00	2.000,00
75	2.000,00	3.000,00	3.000,00	2.500,00	3.500,00	2.400,00
90	3.667,00	5.000,00	5.500,00	4.800,00	7.000,00	4.000,00
95	5.550,00	8.000,00	9.800,00	7.000,00	10.000,00	5.600,00
99	12.482,00	20.000,00	20.000,00	15.000,00	24.399,00	13.000,00
% da renda recebida pelos						
40% mais pobres	11,17	12,84	12,67	13,60	12,36	14,55
50% mais pobres	16,90	18,46	18,19	19,44	17,84	20,68
20% mais ricos	56,57	55,84	56,45	54,22	56,89	48,10
10% mais ricos	40,61	40,44	41,38	38,70	41,27	36,69
5% mais ricos	28,33	28,64	29,32	26,84	28,55	25,64
1% mais ricos	11,01	11,18	11,51	9,97	10,89	10,14
Índice de Gini	0,5116	0,4906	0,4955	0,4751	0,5019	0,4492

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2022).

Quanto ao percentual da renda do trabalho principal apropriada pelos diferentes percentis, nota-se que não há diferenças relevantes daquela encontrada para o rendimento domiciliar per capita. Os ocupados que estão no grupo dos 10% mais ricos se apropriam de cerca de 40% do total do rendimento do trabalho. Os 10% mais ricos têm um rendimento médio que equivale a quatro vezes o valor do rendimento médio do trabalho principal, ou seja, R\$ 10.704,00, um valor muito superior àquele do percentil que separa esse estrato dos demais.

Como foi mencionado na seção 3, em pesquisas domiciliares é muito comum a subdeclaração de rendimentos, sobretudo entre as pessoas mais ricas. Conforme alertado por Botássio (2020) e Hoffmann (2019), é muito provável que o rendimento dos que estão nos percentis mais elevados estejam subestimados.

Considerando a dimensão regional da distribuição da renda média domiciliar per capita efetiva, a Tabela 5 traz informações sobre outra forma de examinar a desigualdade de renda, visto que há muita heterogeneidade socioeconômica entre as macrorregiões do país. O rendimento dos 10% mais pobres é mais baixo no Norte (até R\$ 220,00) e Nordeste (até R\$ 200,00) sendo menos da metade dos valores encontrados no Centro Oeste, Sul e Sudeste. Assim, os pobres do Norte e Nordeste são mais pobres do que nas demais regiões. Os menores rendimentos medianos estão no Norte (R\$ 771,00) e Nordeste (R\$ 722,00). Na região Sul a renda mediana é 2,1 vezes maior do que a do Nordeste.

Tabela 5. Características da distribuição da renda efetiva domiciliar per capita – Brasil e regiões - 2022 - R\$.

Região	Renda média	10	25	50	75	90	95	99
Brasil	1.812,50	320,00	606,00	1.175,00	2.000,00	3.667,00	5.550,00	12.482,00
Norte	1.241,00	220,00	413,00	771,00	1.333,00	2.500,00	3.800,00	8.400,00
Nordeste	1.140,00	200,00	400,00	722,00	1.212,00	2.150,00	3.270,00	8.000,00
C. Oeste	2.163,90	453,00	800,00	1.334,00	2.395,00	4.333,00	6.500,00	15.000,00
Sul	2.171,00	535,00	925,00	1.500,00	2.500,00	4.212,00	6.075,00	12.500,00
Sudeste	2.110,00	474,00	808,00	1.316,00	2.300,00	4.250,00	6.500,00	13.400,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2022).

Até o terceiro quartil (75º percentil), a região Sul se destaca com rendimentos relativamente maiores do que aqueles obtidos tanto no Brasil como nas demais regiões. As pessoas que estão entre os 10º e 1% mais ricos no Centro Oeste possuem rendimentos superiores ao do país e demais regiões. Entre os 5% mais ricos, as pessoas que vivem no Centro Oeste e Sudeste recebem pelo menos R\$ 6.500,00, valor também mais elevado dentre as áreas analisadas.

Por fim, a Tabela 6 tem informações sobre a apropriação da renda pelos diferentes percentis nas regiões brasileiras. Nota-se que os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda domiciliar per capita em todas as regiões, com destaque para o Nordeste, cujo percentual supera 40%, assim como no Norte. Também no Nordeste, os 5% mais ricos se apropriam de pouco mais de 30% da renda, maior percentual em relação às demais regiões.

A região Sul é a que tem uma distribuição da renda relativamente melhor. Entre os 10% e 5% mais ricos, esta região se apropria dos menores percentuais: 35,89% e 24,31%, respectivamente. Entre os 40% e 50% mais pobres, os percentuais de renda apropriada são os maiores em comparação com as demais regiões. O Nordeste, portanto, é a região mais desigual enquanto o Sul possui concentração de renda menor, embora alta.

Tabela 6. Proporção da renda efetiva domiciliar per capita apropriada por alguns grupos – Brasil e regiões – 2022 – R\$.

Região	Porcentagem da renda recebida pelos			
	40% mais pobres	50% mais pobres	10% mais ricos	5% mais ricos
Brasil	11,17	16,90	40,61	28,33
Norte	11,17	16,68	40,80	28,51
Nordeste	11,29	16,92	41,75	30,31
Centro Oeste	12,29	18,00	39,62	27,47
Sul	14,07	20,24	35,89	24,31
Sudeste	12,87	18,66	39,19	26,95

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2022).

Uma sociedade em que predomina altos níveis de desigualdade na distribuição de renda está mais suscetível aos problemas relacionados à criminalidade, violência e insegurança, diminuindo a qualidade de vida de todos. Além disso, há maiores obstáculos em termos de mobilidade social intergeracional para uma grande parcela da população. Portanto, políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa da renda é um dos caminhos para redução da pobreza e melhorias em termos de bem estar social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou estudar a desigualdade na distribuição do rendimento no Brasil no ano de 2022 com base nos dados da PNADC levando em conta alguns atributos dos indivíduos como gênero, cor ou raça, escolaridade e localização geográfica. Estes recortes contribuem para exemplificar alguns aspectos da desigualdade de renda no país.

Os dados apresentados reforçam uma característica estrutural da economia brasileira que é o diferencial de rendimentos em razão do gênero, cor e região em que se vive, em que mulheres, não brancos e aqueles que vivem no Norte e Nordeste estão mais presentes nos patamares mais baixos de renda, seja a domiciliar per capita ou a do trabalho. Em termos de escolaridade, a diferença de renda média entre os menos e mais escolarizados é muito alta, indicando a importância da educação escolar para a obtenção de melhores empregos e salários.

Em relação à distribuição da renda domiciliar per capita e a renda do trabalho principal, de acordo com os percentis e percentual da renda apropriada por gênero, cor ou raça e região, as desigualdades são mais acentuadas. As pessoas que estão entre os 70% mais pobres, pelos dois conceitos de renda utilizados, recebem menos do que a renda média. A mediana dos rendimentos também está abaixo da média, indicando que no Brasil há uma alta proporção de pessoas com rendimentos mais baixos. Apenas 20% dos mais ricos se apropriam de mais de 50% da renda, seja a domiciliar per capita ou a do trabalho. Essa alta concentração é um problema histórico no Brasil.

A desigualdade na distribuição de renda impacta negativamente o bem estar e a qualidade de vida da população e contribui para perpetuação da pobreza no Brasil. Além disso, a desigualdade de renda traz consequências não apenas para os pobres, mas para toda a sociedade, com aumento da violência e criminalidade, trazendo insegurança para todos. Altos níveis de desigualdade contribuem para o desalento, pois aqueles que estão nos estratos inferiores da distribuição da renda não têm expectativas de mudar suas posições na hierarquia social.

Para os gestores de políticas públicas um dos grandes desafios é o enfrentamento da alta desigualdade existente no Brasil, sendo essencial para promover melhorias no bem estar da população e o desenvolvimento econômico e social.

Não se pretendeu aqui esgotar o tema, até porque se reconhece que este trabalho tem algumas limitações. Não foram feitos cruzamentos entre os recortes considerados. Certamente as desigualdades seriam maiores para mulheres negras menos escolarizadas que vivem no Norte ou Nordeste. Além disso, não se discutiu a desigualdade na estrutura ocupacional. Estas questões estão na agenda para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S.M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2012.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995. (Texto para Discussão n. 377).

BARROS, R. P. *et al.* A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA G. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v. 1, p. 107-127.

BOTÁSSIO, D. C. Distribuição de renda no Brasil. In: MARANHO, E.J.; SCHNEIDER, M. B.; LOPES, S. (orgs.). **A Economia brasileira por economistas do Paraná**, volume 2 [livro eletrônico], 1ª ed. — Curitiba: CORECONPR, p. 55-78, 2020.

CACCIAMALI, M.C; CAMILLO, V. C. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 287-315, ago. 2009.

DIEESE. **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 20 jun. 2023.

FERREIRA, F. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Rio de Janeiro: Departamento de Economia (Texto para Discussão n. 415), 2000.

GLOBAL GENDER GAP REPORT. World Economic Forum, June 2023. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda, medidas de desigualdade e pobreza**. Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005. In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M e ULYSSEA, G. (orgs). **Desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, v. 2, p. 17- 40, 2007.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil em 2017: uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. **Economia & Região**, Londrina, v.7, n.2, p. 5-28, jul./dez. 2019.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2023**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em 28. nov. 2023.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEITE, T. H.; FERREIRA, C. R. Distribuição de renda no Brasil no período de 2001 a 2015: uma análise através da decomposição do Índice de Gini. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGÃO SUL, 24, 04 e 05 nov. 2021. Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ANPEC, 2021.

MEDEIROS, M. **Uma introdução às representações gráficas da desigualdade de renda**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. (Texto para Discussão n. 1202).

NERI, M. **Gini e desigualdade**. Centro de Políticas Sociais. FGV, 2012. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Politicassociais_alunos/2012/Site/Gini.pdf. Acesso em 20. Jul. 2023.

NERY, P. Políticas de combate à desigualdade. In: CALDEIRA, T.C.M; RESENDE, C.C. (orgs.). **Conversas sobre políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília, Instituição Brasileira de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, p. 46-54, 2023.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 21 jul. 2023.

PNADC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Microdados 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em 20. jun. 2023.

SOARES, S.S.D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Texto Para Discussão Nº 769. Brasília, nov. 2000. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf. Acesso em 12 ago. 2023.